

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **1001446-16.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Auxílio-Acidente (Art. 86)**
 Requerente: **Altamiro Rocha da Fonseca**
 Requerido: **Instituto Nacional de Seguridade Social**

ALTAMIRO ROCHA DA FONSECA ajuizou ação contra **INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL**, pedindo a condenação ao pagamento de benefício acidentário, haja vista a incapacidade funcional decorrente de acidente típico que sofreu.

Citado, o INSS contestou o pedido, afirmando a inexistência de sequela incapacitante.

Determinou-se a produção de prova pericial e juntou-se aos autos o respectivo laudo.

O autor impugnou a conclusão pericial e requereu diligência, inclusive a realização de nova perícia.

É o relatório.

Fundamento e decido.

Cuida-se de acidente ocorrido em 1º de agosto de 2013, quando o autor se dirigia ao trabalho. Foi regularmente comunicado ao Instituto Previdenciário (fls. 7).

Sucedo que não há sequela incapacitante que justifique a concessão de benefício acidentário.

Com efeito, a perita judicial diagnosticou fratura do terço distal do rádio à direita, submetida a tratamento cirúrgico prévia, sobrando cicatriz e leve diminuição apenas de movimento de flexão dorsal do punho, estando preservados todos os demais movimentos. Não observou qualquer anormalidade no conjunto ombro/braço/cotovelo, quanto à mobilidade, e notou também a preservação da força de preensão palmar e conformação tecidual. *A oponência e pinça efetiva estão preservadas e não há anormalidades quanto à mobilidade dos quirodáctilos* (textual, fls. 140). Bem por isso,

1001446-16.2016.8.26.0566 - lauda 1

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

concluiu a ilustre perita judicial que *o quadro traumático relativo à fratura de extremidade distal do rádio à direita foi tratado cirurgicamente e após fixação da fratura, o periciando evoluiu com sequela funcional leve e não incapacitante ao exercício da função exercida à época do trauma, bem como continua apto às demais atividades conforme seu histórico profissional* (textual, fls. 140). Embora procedente o vínculo com o acidente narrado, não há incapacidade laboral.

Inexiste conflito probatório ou dúvida plausível que justifique a realização de nova prova pericial ou alguma outra diligência para confirmar a suposta incapacidade funcional taxativamente excluída.

Diante do exposto, **rejeito o pedido.**

Sem custas.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 18 de julho de 2017.



Carlos Castilho Aguiar França
Juiz de Direito

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA